

I -TERMO DE USO

1. DA CIÊNCIA DO TERMO DE USO:

O presente Termo de Uso se refere a um instrumento firmado entre o usuário e o fornecedor deste serviço, a **SEGOVI/CEDI – Coordenadoria Executiva de Diálogos Setoriais**, localizada na Rua Afonso Cavalcanti, nº 455 – Cidade Nova/RJ – prédio principal - 13º andar, sala 1352.

O uso deste serviço está condicionado à ciência dos termos e do Aviso de Privacidade associados. O usuário deverá ler este Termo e o Aviso, certificar-se de havê-los entendido, estar consciente de todas as condições estabelecidas no Termo de Uso e se comprometer a cumpri-las.

Ao utilizar o serviço, o usuário manifesta estar **ciente** em relação ao conteúdo deste Termo de Uso e estará legalmente vinculado a todas as condições aqui previstas

2. DEFINIÇÕES DO TERMO DE USO:

Para os fins deste Termo de Uso, são aplicáveis as seguintes definições:

- a) Agente público: Todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta.
- b) Agentes de Estado: Inclui órgãos e entidades da Administração pública além dos seus agentes públicos.
- c) Códigos maliciosos: São qualquer programa de computador, ou parte de um programa, construído com a intenção de provocar danos, obter informações não autorizadas ou interromper o funcionamento de sistemas e/ou redes de computadores.
- d) Sítios e aplicativos: Sítios e aplicativos por meio dos quais o usuário acessa os serviços e conteúdos disponibilizados.
- e) Terceiro: Pessoa ou entidade que não participa diretamente em um contrato, em um ato jurídico ou em um negócio, ou que, para além das partes envolvidas, pode ter interesse num processo jurídico.
- f) Internet: Sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes.

- g) Usuários: Todas as pessoas naturais que utilizarem o serviço de licenciamento de ônibus sacolão volante.
- h) C.P.E: Consulta Prévia de Eventos.
- i) C.T.B: Código de Trânsito Brasileiro. - Por se tratar de licenciamentos que envolvem veículos.
- j) MEI: Microempreendedor Individual. Figura jurídica do Brasil, que é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário.
- k) PRPF ME: Produtor Rural Pessoa Física: Pessoa física que realiza profissionalmente, na zona rural ou urbana, atividade rural (agricultura, pecuária, apicultura, avicultura, cunicultura, suinocultura, sericicultura, piscicultura, e outras culturas animais, extração e exploração vegetal e animal).
- l) Alvará: documento ou declaração governamental que autoriza alguém a praticar determinado ato.
- m) LSAT-Licença Sanitária Transitória: documento emitido pelo Instituto Municipal de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária - IVISA-RIO que atesta a qualidade dos produtos.
- n) Registro Sanitário: Ato legal que reconhece a adequação de um produto à legislação vigente da Vigilância Sanitária (nos casos de comercialização de aves abatidas e ovos).
- o) SIF - Serviço de Inspeção Federal: Responsável por assegurar a qualidade de produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis destinados ao mercado interno e externo, bem como de produtos importados.
- p) SIE- Serviço de Inspeção Estadual: Executa serviços de inspeção de produtos de origem animal, com a finalidade de oferecer ao consumidor final um alimento com garantia de qualidade, além de permitir a comercialização destes produtos nos limites geográficos do estado.
- q) SIM – RIO - Serviço de Inspeção Municipal do Rio de Janeiro: Programa que permite maior controle e fiscalização de produtos de origem animal. Inspecciona os derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico nos estabelecimentos que obtêm, beneficiam, industrializam, fracionam, armazenam e fazem a distribuição desses produtos na cidade do Rio.

3. ARCABOUÇO LEGAL:

O arcabouço legal aplicável ao serviço de licenciamento de ônibus sacolão volante compreende os seguintes atos legislativos e normativos:

- a) Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 – Marco Civil da Internet – Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.
- b) Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação – Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal.
- c) Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 – Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.
- d) Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- e) Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021 – Princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital.
- f) Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012 - Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos.
- g) Decreto nº 49.558 de 06 de outubro de 2021: Estabelece os procedimentos iniciais a serem adotados pela Administração Pública Municipal visando à construção de uma cultura de proteção de dados pessoais e dá outras providências.
- h) Lei nº 7.003 de 23 de julho de 2021 - Dispõe sobre a venda de produtos hortifrutigranjeiros em unidades móveis, denominadas de sacolão volante.
- i) Decreto nº 50.161 de 01 de fevereiro de 2022 - Regulamenta a Lei Municipal nº 7.003, de 23 de julho de 2021, que dispõe sobre a venda de produtos hortifrutigranjeiros em unidades móveis, denominadas de sacolão volante.

4. DESCRIÇÃO:

4.1. **Nome do Serviço:** Licenciamento de ônibus sacolão volante.

4.2 **Nome do órgão ou da entidade municipal responsável pelo serviço:** SEGOVI/CEDI - Coordenadoria Executiva de Diálogos Setoriais.

4.3. **Descrição do serviço:** Licenciamento para a venda de produtos hortifrutigranjeiros em unidades móveis, denominadas de sacolão volante.

5. DIREITOS DO USUÁRIO DO SERVIÇO:

De acordo com a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, são direitos básicos do usuário:

- 5.1. Participação no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços;
- 5.2. Obtenção e utilização dos serviços com liberdade de escolha entre os meios oferecidos e sem discriminação;
- 5.3. Acesso e obtenção de informações relativas à sua pessoa constantes de registros ou bancos de dados, observado o disposto no inciso X do caput do art. 5º da Constituição Federal e na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- 5.4. Proteção de suas informações pessoais, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- 5.5. Atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; e
- 5.6. Obtenção de informações precisas e de fácil acesso nos locais de prestação do serviço, assim como sua disponibilização na internet, especialmente sobre:
 - a) horário de funcionamento das unidades administrativas;
 - b) serviços prestados pelo órgão ou entidade, sua localização exata e a indicação do setor responsável pelo atendimento ao público;
 - c) acesso ao agente público ou ao órgão encarregado de receber manifestações;
 - d) situação da tramitação dos processos administrativos em que figure como interessado; e
 - e) valor das taxas e tarifas cobradas pela prestação dos serviços, contendo informações para a compreensão exata da extensão do serviço prestado.

6. RESPONSABILIDADES DO USUÁRIO:

O usuário se responsabiliza pela precisão e pela veracidade dos dados informados e reconhece que a inconsistência deles poderá implicar a impossibilidade de se utilizar o serviço de Licenciamento de ônibus sacolão volante.

Durante a utilização do serviço, a fim de resguardar e de proteger os direitos de terceiros, o usuário se compromete a fornecer somente seus dados pessoais, e não os de terceiros.

O login e senha só poderão ser utilizados pelo usuário cadastrado. Ele se compromete em manter o sigilo da senha, que é pessoal e intransferível, não sendo possível, em qualquer hipótese, a alegação de uso indevido após o ato de compartilhamento.

O usuário do serviço é responsável pela atualização dos seus dados pessoais e pelas consequências em caso de omissão ou erros nos dados fornecidos.

O usuário é responsável pela reparação de todos e quaisquer danos, diretos ou indiretos (inclusive decorrentes de violação de quaisquer direitos de outros usuários; de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual; de sigilo; e de personalidade), que sejam causados à Administração Pública, a qualquer outro Usuário, ou ainda a qualquer terceiro, inclusive em virtude do descumprimento do disposto nestes Termos de Uso e Aviso de Privacidade ou de qualquer ato praticado a partir de seu acesso ao serviço.

A Administração Pública Municipal não poderá ser responsabilizada pelos seguintes fatos:

- a) Equipamento infectado ou invadido por atacantes;
- b) Equipamento avariado no momento do consumo de serviços;
- c) Proteção do computador;
- d) Proteção das informações baseadas nos computadores dos usuários;
- e) Abuso de uso dos computadores dos usuários;
- f) Monitoração clandestina do computador dos usuários;
- g) Vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas dos usuários;
- h) Perímetro inseguro.

Em nenhuma hipótese, a Administração Pública Municipal será responsável pela instalação, no equipamento do Usuário ou de terceiros, de códigos maliciosos (vírus, trojans, malware, worm, bot, backdoor, spyware, rootkit, ou de quaisquer outros que venham a ser criados), em decorrência da navegação na Internet pelo Usuário.

7. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

A Administração Pública Municipal se compromete a cumprir todas as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais do cidadão de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados no serviço, bem como a garantir todos os direitos e garantias legais dos titulares dos dados. Ela também se obriga a promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. É de responsabilidade da Administração Pública Municipal implementar controles de segurança para proteção dos dados pessoais dos titulares.

A Administração Pública Municipal poderá, quanto às ordens judiciais de pedido das informações, compartilhar informações necessárias para

investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas que sustentam o Serviço ou de outra forma necessárias para cumprir com obrigações legais.

8. AVISO DE PRIVACIDADE:

O Aviso de Privacidade estabelecido pela SEGOVI/CEDI e utilizado pelo licenciamento de ônibus sacolão volante trata da utilização de dados pessoais.

Esse Aviso específico faz parte de forma inerente do presente Termo de Uso, ressaltando-se que os dados pessoais mencionados por esse Serviço serão tratados nos termos da legislação em vigor.

Para mais informações acesse nosso Aviso de privacidade contido no item II deste documento.

9. INFORMAÇÕES PARA CONTATO:

Em caso de dúvidas relacionadas ao licenciamento de ônibus sacolão volante, entre em contato através dos nossos canais de atendimento:

E-mail: sacolaovolante.cedi@gmail.com

WhatsApp: (21) 98909-1551

Instagram: [cedi_segovi](https://www.instagram.com/cedi_segovi)

II – AVISO DE PRIVACIDADE

Este Aviso de Privacidade foi elaborado em conformidade com o Marco Civil da Internet e com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

A aplicação deste Aviso será pautada pelo dever de boa-fé e pela observância dos princípios previstos no art. 6º da LGPD dentre eles, o da finalidade, da adequação, da necessidade, do livre acesso; da qualidade dos dados, da transparência, da prevenção, da não discriminação e o da responsabilização e da prestação de contas.

1. DEFINIÇÕES:

Para melhor compreensão deste documento, neste Aviso de Privacidade, consideram-se:

- a) Dado Pessoal: Informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável.
- b) Titular: Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
- c) Dado Pessoal Sensível: Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
- d) Agentes de tratamento: O controlador e o operador. Os indivíduos subordinados ou vinculados, como os funcionários, os servidores públicos ou as equipes de trabalho de um órgão ou de uma entidade, que atuam sob o poder diretivo do agente de tratamento não serão considerados como controladores ou operadores;
- e) Controlador: órgão da Administração Direta ou entidade da Administração Indireta, do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro, a quem compete as principais decisões relativas aos elementos essenciais para o cumprimento da finalidade do tratamento de dados pessoais, bem como a definição da natureza dos dados pessoais tratados e a duração do tratamento;
- f) Controladoria Conjunta: determinação conjunta, comum ou convergente, por dois ou mais controladores, das finalidades e dos elementos essenciais para a realização do tratamento de dados pessoais, por meio de acordo que

estabeleça as respectivas responsabilidades quanto ao cumprimento da LGPD;

- g) Operador: Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
- h) Suboperador: contratado pelo operador para auxiliá-lo a realizar o tratamento de dados pessoais em nome do controlador, podendo ser equiparado ao operador perante a LGPD em relação às atividades que foi contratado para executar, no que se refere às responsabilidades;
- i) Encarregado: pessoa indicada, mediante ato formal, pelo controlador e pelo operador, cujas identidades e informações de contato estarão divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, preferencialmente no sítio eletrônico do controlador e do operador, sendo responsável por atuar como canal de comunicação entre o controlador, o operador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD
- j) Anonimização: Utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.
- k) Dado Anonimizado: Dado relativo a um titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.
- l) Autoridade Nacional: Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.
- m) Banco de Dados: Conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.
- n) Consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada, não sendo a única nem a principal base legal possível para viabilizar o tratamento de dados pessoais.
- o) Incidente de segurança com dados pessoais: qualquer evento adverso confirmado, relacionado à violação na segurança de dados pessoais, tais como acesso não autorizado, acidental ou ilícito que resulte na destruição, perda, alteração, vazamento ou ainda, qualquer forma de tratamento de dados inadequada ou ilícita, os quais possam ocasionar risco para os direitos e liberdades do titular dos dados pessoais
- p) Órgão de Pesquisa: Órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, legalmente constituída sob as leis brasileiras e com sede e foro no País, que inclua em

sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico.

- q) Transferência Internacional de Dados: Transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro.
- r) Tratamento: Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
- s) Uso Compartilhado de Dados: Comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.

2. BASE LEGAL PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS:

O tratamento de dados é realizado com base no art. 7º, inciso II e III, da LGPD e se limita ao cumprimento de obrigações legais e regulatórias, execução de políticas públicas.

3. CONTROLADOR:

3.1 - Nome do Controlador: SEGOVI - Secretaria de Governo e Integridade Pública

3.2 - Endereço do Controlador: Rua Afonso Cavalcanti, 455, 13º andar, sala 1352 - Cidade Nova/RJ

3.3 - Endereço eletrônico do Controlador: sacolaovolante.cedi@gmail.com

3.4 - Telefone para contato: (21) 98909-1551

3.5. Atribuições e competências dos órgãos:

- Coordenar atividades de prospecção de oportunidades em negócios e parcerias institucionais que fortaleçam a projeção da economia municipal;
- Atuar como canal de diálogo entre a Secretaria e a iniciativa privada, em especial dos setores produtivos;
- Participar da articulação entre órgãos da Prefeitura, iniciativa privada, associações comerciais, associações de moradores, representantes da sociedade civil e do terceiro setor, para mediar a solução de conflitos,

em situações que permitam a conciliação, resguardado o interesse público;

- Desenvolver e implantar planos de captação de capital humano e intelectual, em parcerias com os setores público e privado, para o desenvolvimento de projetos e metas da Prefeitura;
- Desenvolver o relacionamento com empresas, instituições e associações locais, realizar visitas para levantamento de necessidades e identificar oportunidades de novos negócios no Município do Rio de Janeiro;
- Realizar mapeamentos de oportunidades de mercado, indicadores e comparativos com outras regiões;
- Constituir redes de relacionamento (networkings) com pesquisadores e instituições acadêmicas que possam resultar em benefícios para a inovação da economia regional.

3.6 - Nome da encarregada de dados do Controlador: Ana Paula Vasconcellos da Silva

3.6.1 - E-mail da encarregada de dados do Controlador: O usuário poderá entrar em contato por meio do e-mail anap.vasconcellos@rio.rj.gov.br para sanar quaisquer dúvidas sobre este Aviso de Privacidade ou para obter mais informações sobre o tratamento dos dados realizado com fundamento na LGPD.

4. OPERADOR:

4.1 - Nome do Operador: Empresa Municipal de Informática S.A. / IPLANRIO.

4.2 - Endereço do Operador: Avenida Presidente Vargas, 3131, 13º andar, Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20210-911;

4.3 - Endereço eletrônico do Operador: <https://www.rio.rj.gov.br/web/iplanrio>

4.4 - Telefone para contato: Tel.: 2088-4925

4.5 - Nome do encarregado de dados do Operador: Antônio Sérgio de Oliveira Luiz;

4.5.1 - E-mail do encarregado de dados do Operador: O usuário poderá entrar em contato por meio do e-mail antonio.luiz@iplanrio.rio.rj.gov.br, para sanar quaisquer dúvidas sobre este Aviso de Privacidade ou para obter mais informações sobre o tratamento dos dados realizado com fundamento na LGPD.

5. DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS:

O titular de dados pessoais possui os seguintes direitos, conferidos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD):

- a) Direito de confirmação e acesso (Art. 18, incisos I e II): é o direito do titular de dados de obter do serviço a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de acessar os seus dados pessoais.
- b) Direito de retificação (Art. 18, inciso III): é o direito de solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.
- c) Direito à limitação do tratamento dos dados (Art. 18, inciso IV): é o direito do titular de dados de limitar o tratamento de seus dados pessoais, podendo exigir a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- d) Direito de oposição (Art. 18, § 2º): é o direito do titular de dados de, a qualquer momento, opor-se ao tratamento de dados por motivos relacionados com a sua situação particular, com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento ou em caso de descumprimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- e) Direito de não ser submetido a decisões automatizadas (Art. 20): o titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

6. QUAIS DADOS PESSOAIS SÃO TRATADOS:

A utilização de determinadas funcionalidades do Serviço pelo titular de dados pessoais dependerá do tratamento dos seguintes dados pessoais:

- a) Nome completo;
- b) Data de nascimento;
- c) Filiação;
- d) Nacionalidade;

- e) Naturalidade;
- f) Número de inscrição no CPF;
- g) Número de inscrição no CNPJ;
- h) Situação cadastral no CNPJ;
- i) Endereço de e-mail;
- j) Número de telefone;
- k) RG;
- l) Localização do usuário;
- m) comprovante de residência;
- n) Registro de acesso;
- o) Foto do usuário.

7. COMO OS DADOS SÃO COLETADOS:

Os dados pessoais utilizados são obtidos ao utilizar o serviço, sendo fornecidos pelo usuário.

8. QUAL O TRATAMENTO REALIZADO E PARA QUAL FINALIDADE

8.1. Finalidade do Tratamento:

Os dados pessoais utilizados no serviço possuem como finalidade específica:

- A. **Nome completo:** identificação do usuário
- B. **Data de nascimento:** identificação do usuário
- C. **Filiação:** identificação do usuário
- D. **Nacionalidade:** identificação do usuário
- E. **Naturalidade:** identificação do usuário
- F. **Número de inscrição no CPF:** identificação do usuário
- G. **Número de inscrição no CNPJ:** identificação do usuário
- H. **Situação cadastral no CNPJ:** identificação da regularidade do usuário
- I. **Endereço de e-mail:** contato com o usuário
- J. **Número de telefone:** contato com o usuário
- K. **RG:** identificação do usuário
- L. **Localização do usuário:** fiscalização do sacolão volante
- M. **Comprovante de residência:** contato com o usuário

- N. **Registro de acesso:** acesso ao sistema
- O. **Foto do usuário:** identificação do usuário

8.2. Tratamento:

- a) **ACESSO** - ato de ingressar, transitar, conhecer ou consultar a informação, bem como possibilidade de usar os ativos de informação de um órgão ou entidade, observada eventual restrição que se aplique;
- b) **ARMAZENAMENTO** - ação ou resultado de manter ou conservar em repositório um dado;
- c) **ARQUIVAMENTO** - ato ou efeito de manter registrado um dado, embora já tenha perdido a validade ou esgotado a sua vigência;
- d) **AVALIAÇÃO** - analisar o dado com o objetivo de produzir informação;
- e) **COLETA** - recolhimento de dados com finalidade específica;
- f) **COMUNICAÇÃO** - transmitir informações pertinentes a políticas de ação sobre os dados;
- g) **CONTROLE** - ação ou poder de regular, determinar ou monitorar as ações sobre o dado;
- h) **DISTRIBUIÇÃO** - ato ou efeito de dispor de dados de acordo com algum critério estabelecido;
- i) **EXTRAÇÃO** - ato de copiar ou retirar dados do repositório em que se encontrava;
- j) **PROCESSAMENTO** - ato ou efeito de processar dados visando organizá-los para obtenção de um resultado determinado;
- k) **PRODUÇÃO** - criação de bens e de serviços a partir do tratamento de dados;
- l) **RECEPÇÃO** - ato de receber os dados ao final da transmissão;
- m) **REPRODUÇÃO** - cópia de dado preexistente obtido por meio de qualquer processo;
- n) **TRANSFERÊNCIA** - mudança de dados de uma área de armazenamento para outra, ou para terceiro;

- o) TRANSMISSÃO - movimentação de dados entre dois pontos por meio de dispositivos elétricos, eletrônicos, telegráficos, telefônicos, radioelétricos, pneumáticos etc.;
- p) UTILIZAÇÃO - ato ou efeito do aproveitamento dos dados.

9. COMPARTILHAMENTO DE DADOS:

Os dados pessoais do usuário listados no item 6, tratados pela Administração Pública Municipal poderão ser inseridos em processos físicos com etapas executadas no Carioca.rio, ou processos virtuais, neste último caso inseridos no Processo.rio para fins de tramitação de expediente administrativo, em cumprimento aos princípios do devido processo legal e da legalidade administrativa, além das obrigações legais constantes da Constituição Federal, da Lei Federal nº 9.784/99 e do Decreto Municipal nº 2.477/80, sendo o tratamento de dados pessoais inseridos nos processos administrativos realizados de acordo com a base legal constante do art. 7º, II e III, da LGPD. Outrossim, os dados pessoais poderão ser compartilhados nos casos de publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, tendo como finalidade específica o que determina o artigo 26 da LGPD, a concretização dos princípios da publicidade (artigo 37, caput da CF/88) e da transparência (arts. 5º, XXXIII, 37, § 3º, II e 216, § 2º da CF/88, regulamentados pela Lei nº 12.527/2011.

9.1. Os dados pessoais do usuário poderão ser compartilhados com a Controladoria-Geral do Município do Rio de Janeiro (CGM), Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM), e demais órgãos de controles e de fiscalização, como os Ministérios Públicos e as Defensorias Públicas.

9.2. A SEGOVI/CEDI poderá, quanto às ordens judiciais de pedido das informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas ou de outra forma necessária para cumprir com nossas obrigações legais.

10. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS:

Este serviço pode realizar transferência internacional de dados em razão do armazenamento de dados no serviço Google Cloud, cuja política de privacidade pode ser acessada através do seguinte link: <https://policies.google.com/privacy?hl=pt-BR> .

11. SEGURANÇA DOS DADOS:

Este serviço utiliza a Política de Segurança da Informação da Prefeitura, constante da Deliberação nº 001 de 28 de Março de 2018 do Comitê de Governança da Tecnologia da Informação e da Comunicação – CGTIC-Rio.

12. UTILIZAÇÃO DE COOKIES PELO SERVIÇO:

A utilização de cookies ainda não foi implantada no sistema.

13. TRATAMENTO POSTERIOR DOS DADOS PARA OUTRAS FINALIDADES:

O tratamento dos dados pessoais, realizado pela SEGOVI/CEDI , possui o fim específico de licenciamento de ônibus sacolão volante. Não há tratamento posterior para outras finalidades.

14. MUDANÇAS:

A presente versão **1.0** deste Termo de Uso e deste Aviso de Privacidade foi atualizada pela última vez em: **dezembro/2022**.

O editor se reserva o direito de modificar no site, a qualquer momento, as presentes normas, especialmente para adaptá-las às evoluções do serviço de licenciamento de ônibus sacolão volante, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes.

Qualquer alteração e/ou atualização neste instrumento passará a vigorar a partir da data de sua publicação no sítio do serviço e deverá ser integralmente observada pelos Usuários.

15. FORO:

Este Aviso será regido pela legislação brasileira. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.